



Discurso Final

Plano e Orçamento da Região para 2022

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo

Termina hoje a discussão do Orçamento para 2022. O PPM, assim como a generalidade dos partidos representados neste Parlamento, participou no debate. Expôs as suas ideias. Os seus projetos. As justas expectativas dos que representa neste templo da democracia.

O PPM participou neste debate com o espírito construtivo que nos caracteriza. Com o alto sentido de responsabilidade que as funções que exercemos, em representação do Povo dos Açores, exigem.

Queremos ser – e somos! – um referencial de estabilidade política nos Açores. Queremos ser – e somos! – uma referência de abertura ao diálogo político nos Açores.

Nós não temos inimigos. Temos adversários políticos. Adversários que respeitamos. As diferenças políticas e de projeto são o sal da democracia. As opiniões diferentes não devem ser diabolizadas. Devem ser, pelo contrário, estimuladas. A grande vantagem da democracia é a livre discussão de projetos diferentes. Miguel Unamuno disse um dia que “a liberdade é um bem comum e que se todos não desfrutam dela, não serão livres nem mesmo os que se julgam livres”. É nisto que eu acredito profundamente.

Nesta linha de pensamento, permitam-me que faça aqui uma referência ao maior partido da oposição e ao maior grupo parlamentar presente neste hemiciclo: o Partido Socialista.

Fui, durante mais de duas décadas, um duro e persistente adversário político do PS/Açores. Para mim nunca esteve em causa o ideário do Partido Socialista, mas sim os efeitos perniciosos da hegemonia política esmagadora de um só partido, em todas as áreas da nossa sociedade e durante tanto tempo.



GRUPO PARLAMENTAR

Assisti, nesta mesma câmara, ano após ano, ao empenho dos sucessivos presidentes socialistas do Governo Regional para manter os vários partidos de oposição enfraquecidos, em especial o maior partido da oposição. O ataque cerrado à oposição, em especial ao PSD, tornou-se uma forma ritualizada de abrir os discursos referentes à discussão dos sucessivos planos e orçamentos. Manter no chão os seus oponentes políticos foi sempre o propósito deliberado das maiorias absolutas do PS.

O PS tornou-se, assim, uma esmagadora máquina de ganhar eleições. Ganhou todas as eleições, mas perdeu a batalha do desenvolvimento dos Açores apesar de ter recebido um gigantesco pacote de apoios da União Europeia. Vinte e quatro anos depois, o PS abandonou, finalmente, o poder e deixou os Açores com pavorosas desigualdades sociais, uma percentagem enorme da nossa população submetida a condições ultrajantes de pobreza e com resultados educativos que nos colocam na cauda do país e da Europa.

Meus senhores!

É por isso que queremos fazer diferente. Não queremos um PS enfraquecido e fragmentado. Não queremos um PS ostracizado e ausente da primeira linha da responsabilidade política. Aprendi que um Governo competente necessita de uma oposição forte. Para debater ideias. Para competir nos projetos. Para corrigir erros.

Quanto maior for a exigência e o escrutínio político e social, melhor será o nosso Governo. É este o desafio que nos propomos enfrentar. Superar, no plano das ideias, dos projetos e das concretizações, um grande Partido Socialista.

Muitos não concordam, eu sei, com esta perspetiva. Achem temerário enfrentar um gigante quase intacto. Alguém que nos pode derrubar à primeira distração. Eu sei que é um jogo perigoso.

A deputada Ana Luís, diria certamente, nesta fase do discurso, se tivesse essa oportunidade regimental, aquilo que já me disse uma vez: que eu não sou nenhum santo. É verdade. Mas deixe-me responder-lhe como alguém que genialmente já o fez: "a única diferença entre um santo e um pecador é que cada santo tem um passado e cada pecador um futuro".



GRUPO PARLAMENTAR

Deixem-me, no entanto, persistir no argumento. Só é possível crescer e só vale a pena superar adversários que nos exigem um esforço de superação constante. Queremos ganhar uma corrida onde estejam os melhores e na sua melhor forma. Só assim será possível ganhar a batalha que temos de enfrentar. Precisamos de vencer a pobreza e as profundas desigualdades sociais que afligem a nossa sociedade. Esta tem de ser a mãe de todas as batalhas e a vitória tem de ser nossa.

Mas, meus senhores, neste debate não esteve o melhor PS. O grande partido da oposição que os Açores necessitam.

O PS que aqui esteve sentado estes dias anunciou a sua capitulação a semana passada. Disse que votava contra este Orçamento antes de o discutir. Antes de apresentar as suas propostas. Antes de tentar convencer a maioria dos deputados desta câmara que o seu projeto é melhor que o do Governo Regional. Tudo isto num Parlamento em que não existe a guarda pretoriana infalível de uma maioria absoluta.

O PS tinha a obrigação de apresentar aqui, neste debate, uma alternativa aos açorianos. O povo atribuiu-lhe 25 deputados. Uma responsabilidade enorme, que não foi devidamente honrada.

O que é que o PS fez? O mesmo que o Bloco de Esquerda. Dizer mal de tudo e de todos. No fundo o BE e este PS ainda não se libertaram da arcaica técnica das cantigas de escárnio e maldizer. O que o PS disse foi mais ou menos isto, que foi escrito há quase mil anos:

**“Dona feia, eu nunca vos louvei
Em meu trovar, mas muito já trovei;
Entretanto, farei agora um bom cantar
em que vos louvarei todavia:
e vos direi como louvarei:
dona feia, velha e maluca!”**

Se repararem bem, não foi muito mais que isto que os socialistas disseram. Mas então as esperanças do PS estavam inteiramente depositadas no efeito abrasivo das velhas cantigas de escárnio e



GRUPO PARLAMENTAR

maldizer? Não! Encomendou o seu destino, veja-se lá, a uma voz do além: André Ventura.

Esperou que André Ventura fizesse por ele o que ele não teve engenho e arte para fazer: derrubar o Governo. Como é que acabou tudo? Logicamente, os outros não quiseram fazer o que competia ao PS fazer. Foi a derrota da lei do menor esforço

Em jeito de aparte, deixem-me dizer ao Sr. Deputado José Contente, que adotou, nos últimos meses, um discurso escatológico, que não me parece boa estratégia chamar elefante a uma pessoa ou entidade a quem queremos pedir uma coisa. Não é, seguramente, muito estimulante. Os resultados não serão, certamente, os melhores.

Meus senhores!

O argumento é este: o PS tinha o dever de afirmar neste Parlamento uma alternativa política. Uma alternativa de projeto. Não se pode implorar uma crise política no momento em que se enfrenta uma nova vaga pandémica e uma situação económica internacional cada vez mais instável, quando só temos para oferecer “uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”.

O Plano e Orçamento que vamos votar materializam uma estratégia clara. Queremos cobrar menos impostos. A curto prazo e médio prazo isso provocará o aumento das receitas da Região, aumento esse que resultará do crescimento da atividade económica. O BE diz que isto é um paradoxo. Deixem-me socorrer novamente de Unamuno nesta matéria. “O que é um paradoxo? É (responde o mestre) uma palavra que os tolos inventaram para a aplicar em tudo o que ouvem pela primeira vez. Para Adão, tudo seria um paradoxo”.

Este Orçamento contempla o esforço acrescido que resulta da atualização da carreira dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica de saúde. Contempla o maior esforço feito nas últimas décadas para integrar docentes nos quadros, garantindo assim, neste momento crítico em que faltam professores, a sua plena integração no nosso sistema educativo. É evidente que isto nada representa para o deputado Rodolfo Franca, que acaba de acordar de um episódio amnésico – do ponto de vista político – que lhe apagou qualquer recordação traumática, relacionada com sistema educativo regional,



GRUPO PARLAMENTAR

anterior a outubro de 2020. O resultado de tudo isto é que não se lembra de quase nada.

Este é também o Orçamento da Tarifa Açores que permite que todos os açorianos se possam abraçar-se com a frequência com que o devem fazer os irmãos que integram a grande família que somos todos nós.

Este é também o Orçamento das creches gratuitas para as famílias açorianas. Do aumento do complemento regional de pensões. Do aumento das diárias aos doentes deslocados e aos seus acompanhantes. Do aumento do complemento ao abono de família. Do aumento das remunerações complementares. Do grande aumento do apoio destinado às nossas IPSS's.

Este é também o Orçamento que incrementa os apoios às nossas empresas, agricultores e pescadores.

Meus senhores!

É impossível prever o futuro. Não sabemos, verdadeiramente, o que o futuro nos reserva. Eu tenho, confesso, um pequeno truque, no qual estou viciado, para tentar perceber o que aí vem. Costuma ser o contrário do que o Sr. Deputado Francisco César profetiza. Ele e o célebre homem de Trancoso têm uma média de acertos muito semelhante.

Mas o que importa verdadeiramente não é a pandemia que não é possível prever ou a catástrofe natural que o futuro nos reserva. Não vale a pena perder tempo a pensar no que não podemos antecipar ou controlar. Importa, isso sim, fazer o que está ao nosso alcance.

E o Governo Regional e a nossa sociedade podem fazer muito. Temos de agarrar o próximo ano com o sentido de urgência que estes tempos exigem. As nossas escolas e hospitais têm de funcionar a todo o gás. O Plano de Recuperação e Resiliência é a última oportunidade desta geração. Não nos é permitido falhar e não vamos falhar.

No que me diz respeito serei intolerante com os atrasos, a inação e as desculpas. Vamos ao trabalho! Todos os dias são dias. Já se aprendeu o suficiente. Aliás, como bem disse Bismark, "os tolos dizem que aprendem com os seus próprios erros. Eu prefiro aprender com os



GRUPO PARLAMENTAR

erros dos outros". Os que quiserem aprender têm à sua frente 24 anos de aprendizagem.

Vamos a isso! Vamos mudar os Açores com a energia que tem de brotar da inquietude de quem não aceita que a pobreza é invencível e perene. Não é! Não tem de ser! Não será!

Vivam os Açores!

Horta, Sala das Sessões, 24 de novembro de 2021

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão